



HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.697	8.481
Contas a receber	4	32.515	19.225
Estoques	5	954	636
Impostos a Recuperar		1	-
Outras contas a receber		345	657
Total do ativo circulante		39.512	28.999
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	6	2.376	2.376
Total do ativo não circulante		2.376	2.376
Total do ativo		41.888	31.375
Passivo			
	Nota	2018	2017
Passivo circulante			
Fornecedores	7	15.103	9.069
Obrigações sociais e trabalhistas	8	5.131	4.938
Obrigações fiscais	9	518	502
Outras obrigações	10	15.921	39
Partes relacionadas	6	463	463
Provisão para contingências	12	252	252
Total do passivo circulante		37.388	15.263
Passivo não circulante			
Outras obrigações		-	-
Provisões para rescisões trabalhistas		-	-
Provisão para encargos trabalhistas INSS -	11	4.500	16.112
Total do passivo não circulante		4.500	16.112
Total do passivo		41.888	31.375

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Das atividades operacionais		
Superávit líquido/(Déficit) do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	20
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	-	4.411
Provisão para rescisões trabalhistas	-	(1.997)
Provisão para encargo INSS - Cebas	(11.612)	5.827
	(11.612)	8.261
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos		
Depósitos judiciais	-	73
Fornecedores	6.034	1.290
Obrigações sociais e trabalhistas	193	(373)
Obrigações fiscais	16	(534)
Outras obrigações	15.881	(13.308)
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais	(7.057)	10.413
Das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	(53)
Caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	-	(53)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(7.057)	10.360
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.481	8.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.697	-
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.784)	(8.709)

	Nota	2018	2017
Receita de serviços		134.581	102.708
Custo dos serviços prestados	13	(115.740)	(100.504)
Resultado bruto		18.841	2.204
Receitas/(Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(14.424)	(12.814)
Outras Receitas		30	-
Receitas financeiras		186	398
Despesas financeiras		(360)	(376)
Superávit/(Déficit) do exercício		4.273	(10.588)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 03 de setembro de 2012 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Perimetral, nº 1722, quadra 37, lote 74, sala 101, Setor Coimbra, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás - SES/GO, denominado Hospital Materno Infantil - HMI, conforme Contrato de Gestão Nº 131/2012-SES-GO, assinado em 29 de junho de 2012, com objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HMI como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 51.168, o qual vem sendo renovado anualmente.

O sexto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 29 de junho de 2017 e término em 28 de junho de 2018, com o valor global estimado em R\$ 117.800. Até a presente data, o contrato de gestão ainda não havia sido renovado, embora os valores contratados estejam sendo recebidos regularmente.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 11 de abril de 2018 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017, abrangem apenas as operações do Hospital Materno Infantil - HMI sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 22 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.9. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.11. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HMI não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	4.000	7.319
Aplicações financeiras	1.697	1.162
	5.697	8.481

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplica-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

	2018	2017
Repasso de custeio (i)	29.005	6.744
Repasso de ressarcimento (ii)	3.510	7.039
Direito de execução de contrato (iii)	-	5.442
	32.515	19.225

(i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;

(ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado;

(iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim demonstrada:

	Repasso de custeio	Repasso de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Total
Saldo inicial	6.744	7.039	5.442	19.225

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Faturamento	134.581	-	-	134.581
Glosa/custos ou despesas c/folha SES	(38.730)	-	-	(38.730)
Recebimento de recursos	(75.856)	-	-	(75.856)
Apuração de resultado	-	-	(4.273)	(4.273)
Ajuste de repasse de custeio	1.612	(3.529)	1.918	1
Ajuste de contas a receber	-	-	-	-
Baixa do saldo - Suspensão glosas - folha SES	654	-	(654)	-
Baixa do saldo - Provisão INSS - Cebas	-	-	(18.318)	(18.318)
Baixa do saldo - diversos	-	-	(30)	(30)
Transferência para o passivo (Repasse Recebidos a Executar)	-	-	15.915	15.915
Saldo final	<u>29.005</u>	<u>3.510</u>	<u>-</u>	<u>32.515</u>

5. Estoques

	2018	2017
Material médico hospitalar	386	273
Medicamentos	418	220
Materiais diversos e outros	108	108
Materiais de limpeza	13	21
Dietas enterais e parenterais	29	14
	<u>954</u>	<u>636</u>

6. Partes relacionadas

	2018	2017
Ativo		
Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL	<u>2.376</u>	<u>2.376</u>
	<u>2.376</u>	<u>2.376</u>
Passivo		
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia - HUAPA	<u>463</u>	<u>463</u>
	<u>463</u>	<u>463</u>

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HMI, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2018	2017
Provisões para férias	2.935	2.792
Salários e ordenados	1.556	1.519
INSS a recolher	162	158
Encargos sobre férias	235	223
FGTS a recolher	162	161
PIS s/ folha de pagamento	-	-
FGTS 13º salário	76	72
Contribuição sindical	2	2
Outras	3	11
	<u>5.131</u>	<u>4.938</u>

9. Obrigações fiscais

	2018	2017
IR a recolher s/ folha de pagamento	236	238
INSS a recolher - PJ	83	83
ISS a recolher	90	80
PIS/COFINS/CSLL a recolher	74	79
IRPF a recolher	35	22
	<u>518</u>	<u>502</u>

10. Outras obrigações

	2018	2017
Repasse Recebidos a Executar (a)	15.915	-
Outros	6	39
	<u>15.921</u>	<u>39</u>

(a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses. Os déficits e superávits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos são lançados nas contas a receber, conforme movimentação na nota 4. Quando o saldo apresentado é credor, o montante é transferido para o passivo, nesta conta.

11. Provisão para encargo INSS - CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização - IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS SAÚDE.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado - CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2018, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2018.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2018 a dezembro de 2018, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram a seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	16.112	10.285
Provisão INSS - CEBAS	6.706	6.360
Reversão de provisão (i)	(18.318)	(533)
Saldo final	4.500	16.112

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2018. Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide nota explicativa nº 4.

12. Provisão para contingências

A Entidade figura como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para contingências avaliada pela Administração corresponde a R\$ 252, registrada no passivo circulante.

A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 3.555.

13. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Medicamentos e materiais (a)	(7.757)	(7.381)
Pessoal (b)	(74.027)	(61.861)
Serviços prestados (c)	(33.956)	(31.262)
	115.740	(100.504)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2018	2017
Medicamentos	(2.446)	(1.908)
Materiais hospitalares	(3.263)	(3.129)
Gases hospitalares	(319)	(256)
Materiais de laboratório	(22)	(66)
Materiais de odontologia	(20)	(34)
Órteses e Próteses	(17)	(38)
Dietas enterais	(186)	(125)
Dietas parenterais	(574)	(792)
Materiais de uso e consumo	(910)	(1.033)
	(7.757)	(7.381)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2018	2017
Salários e ordenados	(18.202)	(16.892)
INSS - CEBAS (ii)	(6.706)	(6.359)
13º salário	(2.084)	(1.873)
Férias	(2.690)	(2.634)
Rescisões	(291)	(430)
Prêmios e gratificações	(534)	(450)
Horas extras	(238)	(766)
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(38.277)	(27.639)
Adicionais	(2.675)	(2.328)
Vale transporte	(426)	(390)
FGTS	(1.884)	(2.374)
OUTROS	(20)	274
	(74.027)	(61.861)

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HMI, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

reconhecidos na contabilidade do IGH/HMI, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços no HMI e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide nota explicativa nº 11.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2018	2017
Honorários médicos	(18.403)	(14.452)
Serviço de limpeza e higienização	(4.162)	(4.094)
Serviço de lavanderia	(680)	(116)
Serviço de segurança patrimonial	(2.241)	(2.694)
Serviço de laboratório e radioterapia	(2.423)	(2.525)
Serviço de nutrição	(4.418)	(6.211)
Serviço de engenharia clínica	(1.176)	(1.170)
Glosas fornecedores SES	(453)	-
	(33.956)	(31.262)

14. Despesas administrativas

	2018	2017
Serviços de manutenção	(2.910)	(3.281)
Serviços de processamento de dados	(476)	(429)
Serviços gerais	(3.466)	(2.534)
Alugueis imóveis	(2.060)	(2.451)
Alugueis gerais	(4.266)	(2.258)
Impostos e taxas	(95)	(84)
Serviços gerais	(1.061)	(1.684)
Depreciação e amortização Bens permanentes	(90)	(93)
	(14.424)	(12.814)

15. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HMI, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Lucas Silva Carvalho
Contador CRC BA 033770/O

Joel Sobral de Andrade
Presidente